

Jornal da ASEAC

Informativo da Associação dos Empregados de Nível
Universitário da CEDAE - Abril de 1997 - Ano I - Nº 9

ASEAC

Fernando Rabelo/AJB



Ação civil exige na justiça a anulação do edital da Barra

Os empregados da CEDAE decidiram entrar na justiça, através da ASEAC e dos sindicatos representativos da categoria, contra a privatização do sistema de saneamento básico na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá. A ação, patrocinada pelo advogado e jurista Marcelo Cerqueira, foi impetrada na Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro e tem por objetivo anular o edital de licitação. Na petição, além de advertir para a flagrante ilegalidade do edital, o advogado denuncia o risco de prejuízos à população e a existência de manobras do governo do Estado, para impedir a participação de empresas nacionais na concorrência: "O edital traz exigências de tal natureza que nenhuma empresa nacional poderá se habilitar". (Página 11)

**SEMINÁRIO: GESTÃO DO SANEAMENTO
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DE 8 A 10 DE JULHO
CLUBE DE ENGENHARIA**

**PROMOÇÃO: CLUBE DE ENGENHARIA,
SEAJERJ E ADES
APOIO: ASEAC E FEDERAÇÃO DOS URBANITÁRIOS**

ENTREVISTA

João Carlos do Rego Pinto, ex-presidente da ASEAC por duas vezes, faz uma análise da luta do setor, e defende a mobilização dos técnicos pelo resgate da dignidade do Saneamento. (Páginas 6 e 9)

Prefeitura de Arraial do Cabo entra na briga contra a privatização. (Página 12)

Proposta Indecente

Ricardo Maranhão *

É assim que classifico o substitutivo do deputado Eliseu Resende (PFL-MG) que pretende regulamentar a nova política para o petróleo brasileiro. O deputado mineiro conseguiu a proeza de tornar, ainda pior, o projeto de lei que o Executivo enviou ao Congresso Nacional para disciplinar a matéria.

Lamentavelmente, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em suspeito regime de urgência urgentíssima, sem que os parlamentares pudessem sequer examinar o texto, uma proposta entreguista, que discrimina e enfraquece a PETROBRAS, ameaçando, com graves prejuízos a economia nacional.

É imperioso que o Senado Federal corrija as aberrações.

O projeto aprovado cria uma Agência Nacional do Petróleo - ANP, com poderes imperiais. O Congresso Nacional perde o controle sobre a política do petróleo, limitando-se a aprovar os nomes para a diretoria da Agência.

Ela poderá autorizar grupos privados, inclusive estrangeiros, a construir e operar refinarias - empreendimentos de bilhões de dólares - mediante simples autorização, sem licitação pública. Uma imoralidade.

À ANP caberá decidir, unilateralmente, sobre a capacidade financeira da PETROBRAS. Se ela, ao seu exclusivo talante, julgar que a nossa maior empresa não tem condições financeiras para desenvolver uma ja-

zida - por exemplo, o Campo de Roncador, Bacia de Campos, com reservas da ordem de três bilhões de barris, poderá exigir da PETROBRAS sua devolução, para entregá-lo às multinacionais.

O projeto aprovado cria uma Agência Nacional do Petróleo - ANP, com poderes imperiais. O Congresso Nacional perde o controle sobre a política do petróleo, limitando-se a aprovar os nomes para a diretoria da Agência.

O substitutivo Eliseu Resende não prevê mecanismos de controle sobre as importações de derivados de petróleo. Ele desconsidera a grande capacidade ociosa de refino existente no exterior. A importação desenfreada de derivados transferirá a ociosidade para o nosso parque de refino, provocando o fechamento de algumas unidades. Mais desemprego. Mais déficit em nossa já deficitária balança comercial.

Também não há controle sobre as exportações de petróleo. Poderemos ter um rápido aumento de produção, obtido às custas de depredação das jazidas, com o comprometimento futuro

de nosso quadro energético. As multinacionais precisam exportar o petróleo brasileiro para complementar as necessidades do G-7, o grupo dos sete países mais ricos do mundo, dramaticamente dependentes deste produto estratégico. O Japão produz apenas nove mil e consome cinco milhões de barris, diariamente. Os Estados Unidos importam cerca de oito milhões de barris, diariamente, gerando uma fatura anual de cinquenta bilhões de dólares.

A PETROBRAS poderá ser privatizada, subrepticamente, com a utilização cavilosa de dispositivos da Lei das S.A.

Subsidiárias da PETROBRAS poderão ser criadas, sem autorização prévia do Congresso Nacional, como exige a Constituição Federal, para transformar a Companhia numa "holding de papel".

No encontro de contas entre a PETROBRAS e o Governo Federal, previsto no projeto, sendo ela devedora, paga em dinheiro. Se credora, recebe em títulos de longo prazo e com rentabilidade abaixo do mercado. Hoje a União Federal deve à PETROBRAS cerca de dez bilhões de dólares.

Por tudo isto lutaremos, junto com as entidades da sociedade civil, para sensibilizar os senadores, no sentido de corrigir as distorções, oferecendo ao País uma lei do petróleo que atenda aos legítimos interesses nacionais.

(* Ricardo Maranhão, engenheiro, é Vice-Presidente do MODECON - Movimento em Defesa da Economia Nacional.

ANIVERSARIANTES DE
M A I O

Antônio Alberto de L. Pimentel...	04/05
Antônio Fernando C. Matta.....	05/05
Antônio Luis Alves Maia.....	23/05
Antônio Turano.....	27/05
Arlindo Pereira Medeiros.....	04/05
Arnalcy R. do Espírito Santo.....	17/05
Augusto Cesar P. da Costa.....	01/05
Carlos Alberto Cascão Filho.....	23/05
Carlos Eduardo Pinto Silva.....	09/05
Celio Fernandes Nogueira.....	05/05
Celso de Melo Rocha.....	23/05
Cid Curi.....	16/05
Dyrceu Soares Marinho Filho.....	10/05
Edimo Ferreira da Silva	14/05
Eloy Junger da Silveira.....	03/05
Elson Oliveira Tavares.....	24/05
Elysio América M. da Fonseca.....	24/05
Fernando Dias.....	05/05
Hugo Protegenes G. Filho.....	10/05
Jaime Teixeira Azulay.....	15/05
João Benedito Lorenzon Mello.....	25/05
João Carlos Latorraca.....	29/05
João José Vianna.....	05/05
Joel Longuinhos Nunes.....	01/05
Joper P. do Espírito Santo.....	12/05
José Alfredo F. da Rocha.....	24/05
José Henrique M. Galvão.....	09/05
José Yochimy Arakaki.....	25/05
Joubert Abi-Ramia Antônio.....	31/05
Lucio de Souza Fonseca.....	28/05
Luis Carlos Gomes Vieira.....	21/05
Luis Claudio C. de Carvalho.....	15/05
Manoel Thomaz de Andrade.....	30/05
Marcia de Castro Martinez.....	10/05
Marcos Robert Beveridge.....	05/05
Maria A. dos Santos Frotte.....	23/05
Maria Cristina Piragibe.....	01/05
Milton Nunes Moreira.....	22/05
Murilo Soares de Pinho.....	23/05
Nely A. de Figueiredo Souza	07/05
Nilton Bernardes Soares.....	16/05
Paulo Fernandes Ramos.....	20/05
Paulo Roberto Cruz Soares.....	07/05
Pedro Mello Calil Farah.....	05/05
Roberto Gomes de Oliveira.....	05/05
Rogério Teixeira dos Santos.....	16/05
Ruy Fernando Santana.....	06/05
Solange Souza Moreira.....	02/05
Thelio Bogado Junior.....	22/05
Ubiratan de Gusmão C. Lima.....	21/05

Jornal da ASEAC
Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE
Rua Sacadura Cabral, 120,
Salas 601, 602, 607 e 902
Tels: 263 6240 e 296 0025 - Ramal 102 -
Telefax: 253 7482

Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-Presidente
Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Administrativo
César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
João Benedito Lorenzon Mello
Diretor Social
Antônio Carlos Alvares Grillo

CONSELHO DIRETOR
Representantes dos Administradores
Pedro Paulo de Freitas
Advogados
Sueil Kolling Turano
Analistas
César Lima da Graça
Aposentados
Edson Bittencourt Rosas
Elysio América M. da Fonseca
Leon Abram
Nacim Chau Cascum

Arquitetos
Dirceu Soares Marinho Filho
Biólogos
Evandro Rodrigues de Brito

Contadores
Sérgio Pereira

Dermis categorias
Ellana Glória de P. Peixoto

Economistas
Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros
Álvaro Henrique C. Verocal
Clóvis Francisco do Nascimento Filho
Flávio de Carvalho Filho
Márcio de Melo Rocha

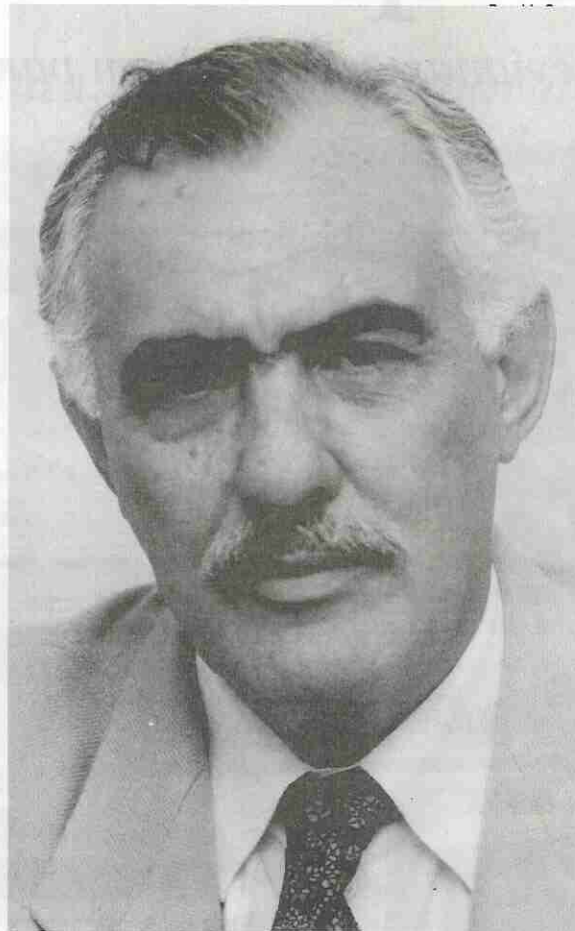
Paulo César Quintanilha
Renato Guerra Marques
CONSELHO FISCAL
Emy Guimarães de Lemos
Arlindo Pereira
Jorge Rodrigues Leitão
Alberto José M. Gomes

PRODUÇÃO E EDIÇÃO
Planin - Assessoria de Comunicação
Telefax: (021)220 5031/ (021)224 5472
Jornalista Responsável:
Carlos Emilliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ
Diagramação
João Carlos Guedes
Revisão: Maria Amália Monteiro
Edição de abril de 1997
Tiragem: 2.000 exemplares

Unidade para reforçar a luta

Falta-nos, ainda hoje, uma política nacional que defina as prioridades do Saneamento. Os últimos governos têm dado pouca ou nenhuma atenção aos programas sociais, que só são levados em consideração à época das eleições, quando os políticos prometem à população investir milhões de dólares na resolução dos problemas do Saneamento, da saúde ou mesmo da educação. Hoje, nós da ASEAC, estamos conscientes de que Saneamento, saúde e educação fazem parte de um trinômio que não pode ser separado, pois, sem um ou sem outro, não temos cidadania, não temos desenvolvimento social.

O governo FHC não está sendo diferente dos demais, e a única política definida que temos para o Saneamento é a decisão de acabar com as Empresas públicas do Setor, através da privatização. Paralelo a essas questões, mais uma ameaça paira sobre o Saneamento: é o projeto de lei nº 266, do Senador José Serra (PSDB/SP), que acaba com a prerrogativa dos municípios enquanto poder concedente dos serviços de Saneamento. Isto representa o caos. Hoje, o ideal é que se crie uma administração compartilhada entre estados e municípios, utilizando as Empresas Públicas de água e esgotos, que já têm sua capacidade instalada e, apenas, clamam por modernização. Essa lei, é óbvio, só pode ter a intenção de induzir os governos estaduais a privatizar as suas empresas. Por outro lado, temos um fato positivo: a sanção pelo presidente da República da Lei de Recursos Hídricos, priorizando as Bacias Hidrográficas, fundamentais para a implantação da



gestão compartilhada do Saneamento.

Se considerarmos que o Estado do Rio tem como sua maior fonte de abastecimento a Bacia do rio Paraíba do Sul - ameaçada por todo tipo de poluição e pela ocupação desordenada -, veremos que já é hora de nos envolvermos nessa discussão, para garantirmos a preservação da Estação de Tratamento do Guandu e dos nossos mananciais, hoje, abandonados à sua própria sorte. Lamentavelmente, na

construção da história, o vice-governador Luís Paulo Corrêa da Rocha anunciou, em maio último, no jornal Fluminense, a privatização do Sistema Guandu. Quer dizer, o vice-governador antes mesmo de se preocupar com a implantação da nova lei e com a criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia do rio Paraíba, anuncia, mais uma vez, a privatização do Guandu, sem antes atentar para os riscos que o abastecimento da Região Metropolitana corre, se não forem tomadas medidas urgentes de preservação desta Bacia. É o momento, portanto, de nos voltarmos para os interesses maiores do Saneamento, pois sem o Guandu e o rio Paraíba a Região Metropolitana do Rio de Janeiro está con-

denada a ficar sem água.

É preciso que haja coerência entre os governos estadual e federal. Não tem sentido o presidente da República sancionar uma lei, que determina, pela primeira vez no País, a criação de uma política de Recursos Hídricos, que tem tudo a ver com o Setor de Saneamento Básico, enquanto o vice-governador do Estado anuncia uma medida que contraria, inclusive, recomendação do Banco Mundial que, em relatório, publicado em agosto de 96, chama a atenção para a necessidade de implantação de uma política de preservação da Bacia do Paraíba para que o abastecimento do Rio de Janeiro não entre em colapso.

De qualquer forma, todas essas questões têm servido para unir todos os trabalhadores da CEDAE em torno de uma proposta única de modernização da Empresa e em defesa da manutenção do Saneamento Básico na esfera do setor público. A ASEAC e os sindicatos, enfim, chegaram à conclusão de que precisam estar unidos em defesa da CEDAE. E para isso decidiram reivindicar ao governo do Estado um contrato de gestão, que possibilite a Empresa ser administrada, segundo critérios técnico-administrativos e não políticos. Durante este último ano, surgiram duas propostas de gestão para a Empresa, concebidas pelos trabalhadores: uma da ASEAC, que previa a descentralização administrativa da Companhia, através da criação de uma "empresa-mãe" (holding) e várias subsidiárias regionais, definidas por bacias hidrográficas; e a outra - a dos Sindicatos - que mantinha a atual estrutura da CEDAE, criando Conselhos Consultivos estadual e municipais.

Em meados de maio, em assembleia da categoria foi discutida e aprovada uma proposta única dos trabalhadores da Empresa, para a implantação de um novo modelo de gestão na Companhia. Participaram desta assembleia os presidentes da Federação dos Urbanitários, da ASEAC, da ABES/Nacional e de todos os sindicatos (Urbanitários, Campos, Niterói, dos Administradores e dos Engenheiros). Em clima democrático, os vários pontos de vista foram colocados e discutidos e, ao final, por unanimidade, foi aprovada a criação de uma comissão - composta pelos presidentes da ASEAC, da ABES nacional, dos sindicatos dos Urbanitários, de Campos e de Niterói, além de diretores dos sindicatos dos Administradores e dos Engenheiros - para dirigir os trabalhos em defesa do Saneamento no setor público e da CEDAE.

Na mesma Assembleia, foi aprovada proposta de contribuição de 1% da remuneração de todos os empregados, através de desconto em folha, já solicitado ao presidente da Empresa. Aliás, no primeiro encontro da Comissão, os dois modelos foram fundidos num só, mantendo-se a estrutura da CEDAE enquanto empresa estadual. Foi ratificada também, a criação dos Conselhos Estadual e Regionais consultivos e deliberativos, por bacias hidrográficas, sendo que, pela nova proposta, os prefeitos e presidentes dos Conselhos Regionais têm assento no Conselho Estadual. Entre outras coisas, os trabalhadores querem a descentralização administrativa da Empresa, com a participação dos municípios na gestão da CEDAE, além do envolvimento da população nas discussões sobre o Saneamento.

Ainda, segundo o objetivo dos trabalhadores, este Conselho Estadual poderá ter um presidente designado pelo governador do Estado. Para garantir, de fato, a descentralização administrativa, os empregados da CEDAE estão sugerindo, também, a formulação de vários contratos de gestão entre a direção da Empresa e as suas Superintendências. Além disso, estão reivindicando que as prefeituras passem a ser acionistas da CEDAE, considerando-se o patrimônio utilizado, há anos, no sistema de Saneamento de cada município.

"Todas essas questões têm servido para unir os empregados da CEDAE em torno de uma proposta única de defesa da manutenção do Saneamento Básico."

"O governo FHC não é diferente dos demais. A única política definida para o Saneamento é a decisão de acabar com as empresas públicas do setor."

Por fim, ficou acertada, também, que os trabalhadores vão reivindicar uma parceria institucional entre o Estado, os municípios e a CEDAE, tendo no contrato de concessão seu principal instrumento de regulação. É claro, que esta proposta única é fundamental, mas ela por si só não significa nada, se todos os empregados não se unirem pela sua implantação e pela defesa da Empresa.

Dario Mondego
Presidente

ASEAC vai processar Minc

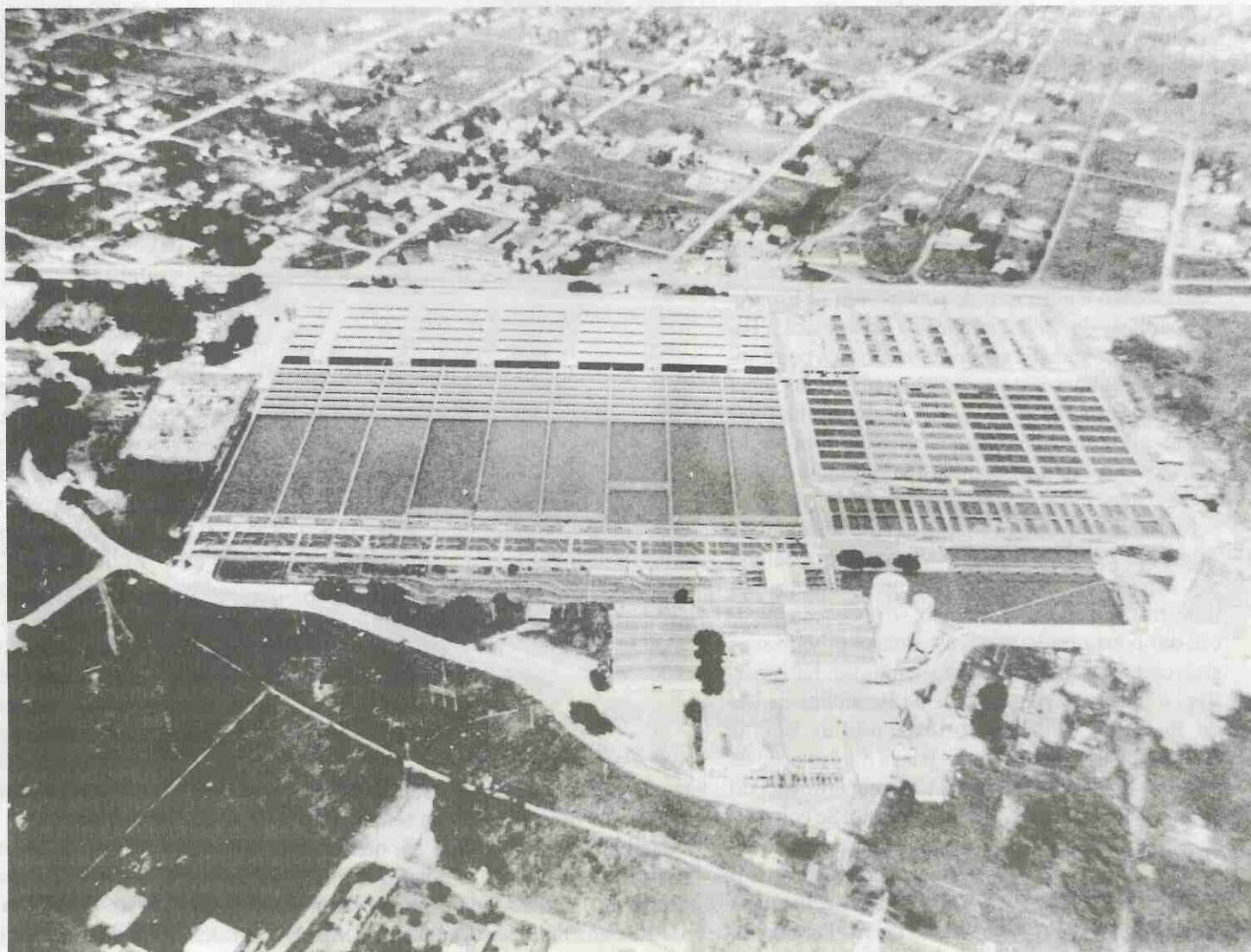
Afirmações do Deputado são levianas e só serviram para levar pânico à população

A direção da ASEAC repudia as afirmações do deputado Carlos Minc sobre a qualidade da água da CEDAE e de que na Empresa "existe uma máfia de falsificadores de dados (...), grupo comandado pelo ex-chefe da Divisão de Controle da Água, Carlos Audi. Ele foi exonerado, mas a máfia continua", afirmou o deputado, em entrevista a vários jornais. Segundo a diretoria da ASEAC, o deputado Carlos Minc - enquanto parlamentar - tem o dever de fiscalizar a água fornecida à população, mas não tem o direito de agredir profissionais, altamente qualificados, que com o seu trabalho garantem o fornecimento de água tratada de boa qualidade, dentro dos padrões definidos pela Organização Mundial da Saúde, a cerca de 10 milhões de pessoas em todo o Estado.

Falta de Informação

Para a ASEAC, o deputado Carlos Minc, se não sabe, deveria se informar sobre os serviços prestados pela CEDAE à população do Rio de Janeiro. Afinal, explica a direção da entidade, a CEDAE já foi modelo de Empresa de Saneamento, exportando tecnologia para todo o país e se, nos últimos anos, a Empresa vem sofrendo um processo de desgaste - que, aliás atinge a várias outras empresas públicas no país - é devido a intervenções políticas em sua administração.

Logo, em um momento em que os empregados da CEDAE estão todos unidos reivindicando ao governador a implantação de um contrato de gestão para que a Empresa possa se modernizar, considerando, primordialmente, as questões técnicas, esta campanha do deputado Carlos Minc, denegrindo a imagem da CEDAE, além de infundada, é extremamente ruim e inconveniente e não pode ser aceita pelos empregados e pela ASEAC. Portanto, a diretoria da Associação resolveu entrar com uma ação na justiça contra o deputado do partido dos Trabalhadores, exigindo que ele se retrate publicamente, através da mídia. Ao mesmo tempo, consultou o advogado Marcelo Cerqueira sobre a possibilidade de a associação intermediar - conforme determina seus estatutos - uma outra ação con-



Segunda maior Estação de Tratamento de Água do mundo, a ETA do Guandu, idealizada e concebida pelos técnicos da CEDAE, comprova a qualidade da água fornecida a mais de 10 milhões de pessoas no RJ.

“Esta campanha, denegrindo a imagem da CEDAE, além de infundada, é extremamente ruim e não pode ser aceita pelos trabalhadores.”

tra o parlamentar, exigindo, desta vez, que ele se retrate com relação às agressões feitas ao engenheiro Carlos Audi. Marcelo Cerqueira considerou procedente a decisão e indicou o nome do advogado João Tancredo, que vai representar a ASEAC neste processo.

A diretoria da ASEAC não abre mão de apoiar os trabalhadores da CEDAE, que, neste momento, estão

tomando uma posição mais firme com relação a importância de defender a CEDAE, enquanto empresa pública. E, por isso, faz questão de registrar o trabalho sério e competente de seus empregados, que têm como principal preocupação garantir a qualidade da água e a saúde da população, através dos seus serviços. Aliás, a ASEAC repudia também a informação de que empregados da CEDAE estariam passando informações ao deputado Carlos Minc para que este leve pânico à população, através de suas afirmações levianas de que a CEDAE distribuiu água poluída. Os técnicos da CEDAE não concordam com este tipo de comportamento, que tem por objetivo conseguir apenas espaço na mídia.

Para a ASEAC, é importante que todos se lembrem que a competência da CEDAE está registrada ao lon-

go de sua história, escrita por trabalhadores altamente qualificados, que projetaram e conceberam projetos - entre os quais o da Estação de Tratamento de Água do Guandu, a segunda maior do mundo, parte de um Sistema de abastecimento - que resolveu o problema da água na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O Sistema Guandu, lembra a ASEAC, é apenas um exemplo que demonstra o trabalho sério efetuado pelos empregados da CEDAE.

Em função disso, considerando-se a importância de esclarecer à população e evitar o pânico que as informações fornecidas pelo deputado poderiam provocar entre as pessoas, a diretoria da ASEAC em conjunto com todos os sindicatos da categoria, publicou notas de esclarecimento nas rádios Globo e CBN (dia 5/06) e no Jornal O Dia (dia 7/06).

Pela dignidade do Saneamento

Vamos retomar a luta. Não apenas por nossos empregos, mas principalmente para garantirmos qualidade de vida à população.

Água tratada, esgotamento sanitário, drenagem, coleta e tratamento do lixo são os ítems que, reunidos, recebem a denominação de Saneamento Básico, sem o qual não há qualidade de vida. Há cerca de oito anos, a ASEAC resolveu discutir seriamente a questão do Saneamento Básico e lutar pela implantação no País de uma política para o Setor. Utilizamos como instrumento para este trabalho o Jornal Saneamento e Marketing, que, naquele momento, foi um marco importante, pois mexeu com um setor, que adormecido fazia questão de não analisar suas próprias mazelas. A ASEAC ousou, o S&M ousou e chegamos mesmo a lançar, em Brasília, no Congresso Nacional, o Fórum Nacional de Saneamento - que seria a semente para a criação de um lobby forte para o Setor, envolvendo parlamentares e sociedade organizada.

Naquele momento, quando o modelo centralizado das Companhias Estaduais de Saneamento já era contestado, o S&M se atreveu a discutir a responsabilidade do papel do técnico do Setor, colocando a importância de uma tomada de decisão política com relação as questões de Saneamento Básico. O S&M ousou porque defendeu a descentralização administrativa das empresas, porque reivindicou a municipalização de alguns sistemas. O S&M ousou porque reivindicou o queda da mortalidade infantil; emprego e melhorias salariais para a população. Ousou porque reivindicou o crescimento social do País e não melhorias salariais ou mesmo mordomias para os técnicos da CEDAE.

O interessante do S&M foi que, naquele momento, os técnicos da CEDAE deixaram de olhar para o seu próprio umbigo e olharam para além do óbvio, que nos dizia da necessidade urgente de fazermos política pela melhoria dos serviços de Saneamento Básico não apenas no Rio de Janeiro, mas a nível nacional. Ignorando tabus, o S&M foi fundo e discutiu questões que até hoje são atuais pela imobilidade do Setor e dos seus técnicos, que ainda não entenderam que, enquanto não forem cúmplices da população na luta pela melhoria da qualidade de vida de todos, pouco ou nada poderá ser feito, pois faltava antes e, ainda falta hoje: decisão política para resolver as questões de Saneamento Básico. O S&M analisou a im-



O S&M começou a discussão, envolvendo a sociedade, sobre a importância de todos terem acesso ao Saneamento Básico.

portância dos técnicos largarem suas pranchetas e discutir o Saneamento sob todos os ângulos, principalmente o político, levantando a questão primordial da falta de prestígio de um setor, que define, em última análise o crescimento social de um País.

O S&M começou uma discussão, envolvendo a sociedade, sobre a importância de todos terem acesso a água tratada, esgotamento sanitário, drenagem, além de coleta e destinação final para o lixo. Pois, naquela época, os técnicos da CEDAE sabiam da importância de mobilizá-la a seu favor e transformá-la em aliada. Foi um momento histórico para os técnicos da CEDAE, que ultrapassando questões menores, passaram a falar sobre o isolamento do Setor e a defender que as Companhias, o serviços autônomos discutissem um novo modelo para o Saneamento. Um modelo mais democrático, mais justo, que envolvesse a todos nas discussões. Naquele momento, os técnicos da CEDAE não tiveram medo de se expor, de falar sobre as suas fragilidades ou reconhecer suas dificuldades para resolver esta ou aquela questão. Através do S&M, passaram a colocar a importância de o Saneamento se assumir como Instituição reivindicando seus interesses - que afinal são os da população. Discutíamos e discutíamos muito uma nova política de Saneamento para

o Rio de Janeiro e para todo o País. Naquele momento, a ASEAC ultrapassou as suas próprias fronteiras, indo ouvir a opinião dos candidatos a presidente da República, exigindo cobrando deles compromissos com o Setor.

Reverendo a coleção do Jornal, nós vemos em 1989, o então candidato a presidente da República Leonel Brizola prometendo despoluir a Baía de Guanabara. E aí, nos surge uma dúvida: por que isto não ocorreu até agora. Onde falhamos? Na edição setembro/outubro de 1989, o S&M publicou matéria falando sobre o início do processo de privatização do setor no país e o processo, para quem não se lembra, começava pelo Estado do Rio de Janeiro, pela Cedae, quer chegou a abrir uma licitação para escolher a empresa privada que iria explorar a captação e produção do Sistema Itambi, por 20 anos. Naquela ocasião, a iniciativa privada deixava bem claro que não a interessava explorar a distribuição e a manutenção das redes de abastecimento. Queriam apenas a produção, onde o lucro é certo. Mas, voltando ao Sistema Itambi, todos sabemos que este acabou por não ser construído, pois a CEDAE optou por aumentar o Sistema Guandu, que hoje está ameaçado de ser fatiado em vários subsistemas, que, segundo as expectativas do governo Marcelo Alencar, serão privatizados. E mais uma vez, nos surge,

de novo a dúvida. Onde erramos? Por que estamos vivendo este momento?

Bom, a resposta é simples. Nós, técnicos da CEDAE, não importa analisar porque motivos esquecemos as lições que chegamos a ensinar no S&M e ignorando todo aquele manancial de experiências, nos voltamos para nós mesmos. Hoje, com a ameaça de privatização da CEDAE, a ASEAC resolveu publicar este material sobre o S&M e uma entrevista com o engenheiro João Carlos do Rego Pinto para fazer com que nos lembremos de uma história escrita por nós mesmos. De uma história que nos ensina que a questão do Saneamento Básico, cada vez mais, não é apenas a história da CEDAE, mas é a história de um País sem justiça social, onde as crianças sofrem e morrem por falta de Saneamento Básico. Por isso, é fundamental nos lembrarmos de um passado tão próximo, onde tivemos coragem de nos expor e lutar por um país, por um estado com melhores índices sociais. Vamos retomar a lutar. Não apenas por nossos empregos, mas, principalmente, para garantir qualidade de vida à nossa população. Esta é uma responsabilidade nossa, e se dela abirmos mão, nenhuma empresa privada vai levá-la à sério.

JOÃO CARLOS DO REGO PINTO

A hora de repensar o Saneamento

Sempre polêmico, aos 53 anos, o engenheiro João Carlos do Rego Pinto, em entrevista ao Jornal da ASEAC, defende o engajamento dos técnicos da CEDAE na luta por uma política nacional de Saneamento, como forma de garantir a universalização do atendimento a toda a população. Há 29 anos na CEDAE, onde exerceu todos os cargos, exceto o de presidente da Empresa, presidente da ASEAC por duas vezes (1988/1992), João Carlos critica os técnicos por não terem, até hoje, levado a discussão do Saneamento para a sociedade, formando uma mentalidade de cidadania na população, que hoje

Jornal da ASEAC - Em 1988, a ASEAC lançou o jornal Saneamento e Marketing, com o slogan "Por uma Política Nacional de Saneamento". Na ocasião, você era o presidente da Associação. Por que um jornal para defender o Saneamento Básico?

João Carlos - Em 88, o Saneamento já estava órfão. O Banco Nacional da Habitação - BNH - que financiava o setor, já tinha sido extinto e os técnicos estavam completamente perdidos, a ABES inoperante e ninguém queria discutir o que se fazer na área de saneamento. Estava tudo parado e o país precisava de uma política nesse setor, principalmente o Estado do Rio de Janeiro. Foi pensando nisso que começamos a discutir propostas para uma política nacional de saneamento. Verificamos que os profissionais, os técnicos em saneamento, só discutiam, só falavam deles para eles mesmos. Foi nesse clima que pensamos em fazer uma discussão mais profunda, através do S&M.

Jornal da ASEAC - Na época o professor Szachna Eliaz Cynamon, da Fundação Osvaldo Cruz pedia a instalação de uma Conferência Nacional de Saneamento. Hoje, o Setor, inclusive os técnicos da Fiocruz, continua reivindicando a instalação dessa Conferência. O que mudou de lá para cá?

João Carlos - Não mudou nada. Verificamos que continuamos sem uma política definida para o Saneamento. Retornando no tempo, o S&M publicou as intenções do governo Collor de aplicar US\$ 20 bilhões na área de Saneamento. Onde estão

"Falta uma política definida para o Saneamento, falta uma visão política dos técnicos, que só souberam reivindicar, até hoje, cargos e salários."

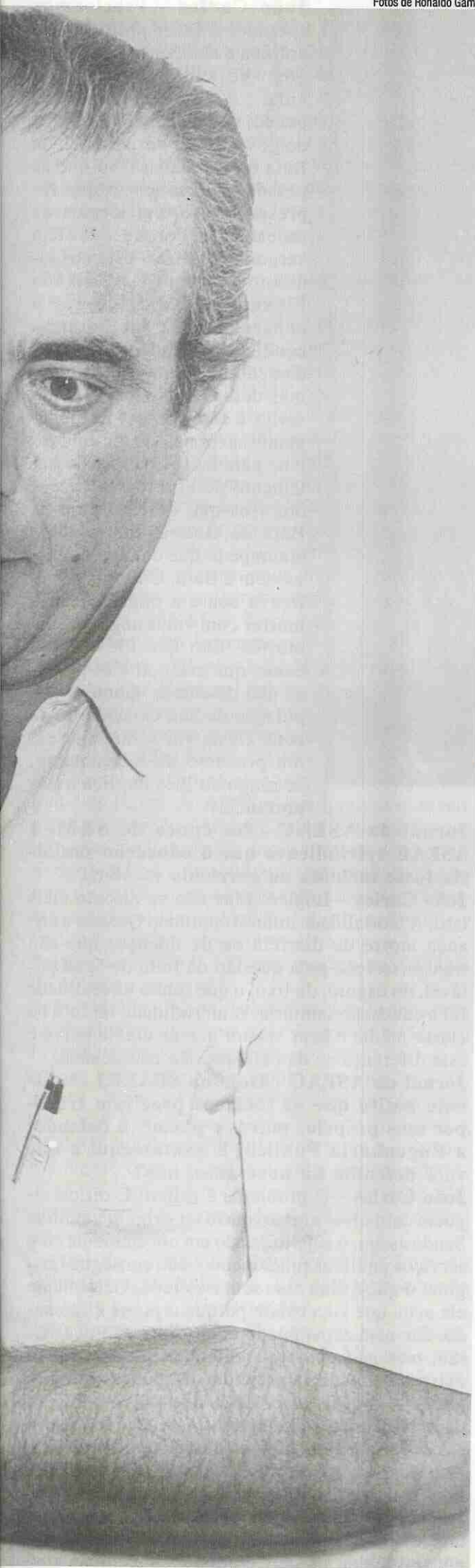
esses investimentos? Eles não foram aplicados porque não havia quem cobrasse, quem discutisse. Hoje, a situação é idêntica, o governo FHC diz que vai aplicar milhões na área social, mas não aplica e ninguém faz nada. Não há uma cobrança efetiva. Mas, voltando à CEDAE, nossos técnicos continuam parados porque não sabem discutir, não têm uma visão política da importância do Saneamento.

Jornal da ASEAC - Quando você fala que não houve mudanças, podemos lembrar que o então presidente da FIOCRUZ, hoje o deputado Sérgio Arouca, em entrevista ao S&M disse que tínhamos 30 milhões de brasileiros sem água tratada e 90 milhões sem esgotamento sanitário. Pelo Censo de 1991 constata-se que realmente o quadro não mudou. A culpa é dos técnicos? É do governo? Falta política? O que falta?

João Carlos - Falta uma política definida para o Saneamento, falta uma visão política dos técnicos, que só souberam reivindicar, até hoje, cargos e salários. Os técnicos do Setor precisam pensar na



Fotos de Ronaldo Gama



seria defensora da importância de se manter os serviços de Saneamento em uma Empresa pública. Ferrenho defensor da união da ASEAC com todos os sindicatos, desde o dos urbanitários até o dos engenheiros, João Carlos faz uma análise sobre o movimento sindical e a necessidade de que os técnicos e os sindicatos levem a discussão sobre a importância dos serviços de Saneamento à população. Um dos responsáveis pelo lançamento do Jornal Saneamento e Marketing, há cerca de oito anos, João Carlos afirma que vale a pena lutar pelo Saneamento Básico. Relembrando a importância do S&M, ele afirma que, naquela época, o País não tinha uma política nacional de Saneamento e que, ainda hoje, a situação permanece a mesma, em parte por culpa da falta de visão política dos técnicos, "que só souberam reivindicar cargos e salários". Segundo João Carlos, é preciso que os técnicos de Saneamento assumam a responsabilidade social que têm. "Precisam discutir a questão do Saneamento com a população, para melhorar os índices sociais desse País". Ao afirmar que os políticos falam muito, mas fazem pouco com relação ao Saneamento Básico, ele diz que nunca viu nenhum deles afirmar que acabou com a mortalidade infantil. Aliás, na opinião dele, é esse o trabalho que deve ser feito pelos técnicos de Saneamento. Provocador, pergunta: "De que adianta ser um especialista em Saneamento, se eu não faço o meu trabalho?" Ao afirmar que a questão é maior do que a privatização da CEDAE, João Carlos propõe a união dos técnicos e dos sindicatos em torno da defesa de uma política de Saneamento.

"O saneamento precisa ser tratado de forma mais abrangente, de forma a atingir seu objetivo, que é resolver os problemas da população."

responsabilidade social que têm. Precisam discutir a questão do Saneamento com a população para melhorar os índices sociais desse País. A discussão do Saneamento passa pelo retorno das doenças da miséria, da falta de Saneamento Básico. Há nove anos, discutíamos isso no S&M. Discutíamos o Saneamento como fator de Saúde Pública. Saneamento é um conjunto, não se resume a água tratada e esgotamento sanitário. É também a coleta e destinação final do lixo, drenagem e controle de vetores. Hoje, temos o César Maia, como candidato a governador, com a proposta de incluir o Saneamento na área de Meio Ambiente. Talvez essa proposta tenha surgido pelo fato de que o Saneamento já esteve nas áreas de saúde, obras e não deu certo. Acredito que o Saneamento precisa ser tratado de forma mais abrangente, de forma atingir o seu objetivo, que é resolver os problemas da população. Vários secretários e políticos dizem que fizeram isso e aquilo. Quero ver um dizer que acabou com a mortalidade infantil. É esse o trabalho que devemos fazer, enquanto técnicos de Saneamento. De que me adianta ser um especialista em

Saneamento se eu não faço o meu trabalho. Somente, agora, nossos técnicos estão começando a discutir alguma coisa por medo da privatização da CEDAE, mas a questão, volto a dizer, é maior.

Jornal da ASEAC - Na sua opinião, o que aconteceu com a ASEAC?

João Carlos - Quando eu saí em 1992, eles transformaram a ASEAC em um clube social. Ao invés do S&M, passaram a publicar um jornal com lista de aniversariantes e congratulações. Só faltou colocar receita de bolo. E o outro aspecto é que os técnicos resolveram utilizar a ASEAC como uma escada para o poder. Todos sabemos que as associações - Clube de Engenharia, SEAERJ, ABES - sempre representaram um degrau para o poder. Por exemplo, na época do S&M, o então, o presidente da Cedae tentou comprar a linha editorial do Jornal, mas nós não negociamos porque isto seria negar o ideal maior do Saneamento como fator de desenvolvimento social e econômico. Nós acreditávamos no que estávamos fazendo. Mas, naquele momento, a ASEAC se transformou em um trampolim. Foi isso que se fez aqui.

Jornal da ASEAC - Você não acha que pela sua história dentro da ASEAC, dentro do movimento sindical, você deveria ter permanecido no movimento? Muitos na Cedae cobram o fato de você ter abandonado a luta política. O que houve de fato. Você fugiu?

João Carlos - Não, eu não fugi. Estou em política, em movimento sindical, desde 1978/79. Fui vice-Presidente do sindicato dos Engenheiros, conselheiro do Clube de Engenharia, da SEAERJ.

Aliás, quase fui presidente da SEAERJ. Sempre vim lutando. Na Aseac, por exemplo, começamos com reuniões de três, quatro pessoas em uma sala pequena. A Aseac cresceu junto com a participação dos técnicos. Afinal, não adiantava ter uma sede sem ter associados. Começamos a luta pela universalização do Saneamento e criamos um órgão político, que foi o S&M, que representava não os interesses da Cedae, mas defendia uma questão política muito maior. Com o S&M, chegamos a conversar com ministros e com o Congresso Nacional. Não para pedir cargos a ninguém, mas para apresentar propostas e reivindicações pela implantação de uma política de Saneamento. O que verifiquei, no entanto, foi que a grande maioria não estava pensando nisso. Descobri também que eu só era importante, quando lutava por melhores salários. Muitas vezes, alegando que eu era muito político, sindicalista passaram a me prejudicar profissionalmente. Quer dizer, quando era para lutar por melhores salários, todos achavam bom, mas na hora que tinha de fazer meu trabalho, era alijado do processo. Daí, resolvi me afastar. Eu estava sozinho falando da importância do Saneamento, assunto que só interessava a muitos poucos. Hoje, nós vivemos uma situação diferente, todos estão com medo do desemprego, por causa da privatização. E, até querem começar a lutar, mas não sabem como lutar. Veja você, quando o Marcelo Alencar era candidato a governador fizeram um acordo com ele. A Aseac fez um acordo e depois não soube ir lá cobrar o que ele havia prometido, "meteram os pés pelas mãos". Quer dizer, é difícil. Mas eu tenho a certeza de que fiz alguma coisa. Se o que fiz foi certo ou errado, o tempo vai dizer. Na verdade, tudo o que estamos conversando já falávamos no S&M, há oito anos e era para estar resolvido. Hoje a ASEAC deveria estar resolvendo outras questões.

Jornal da ASEAC - Você acha que a ASEAC perdeu o "bonde" da História?

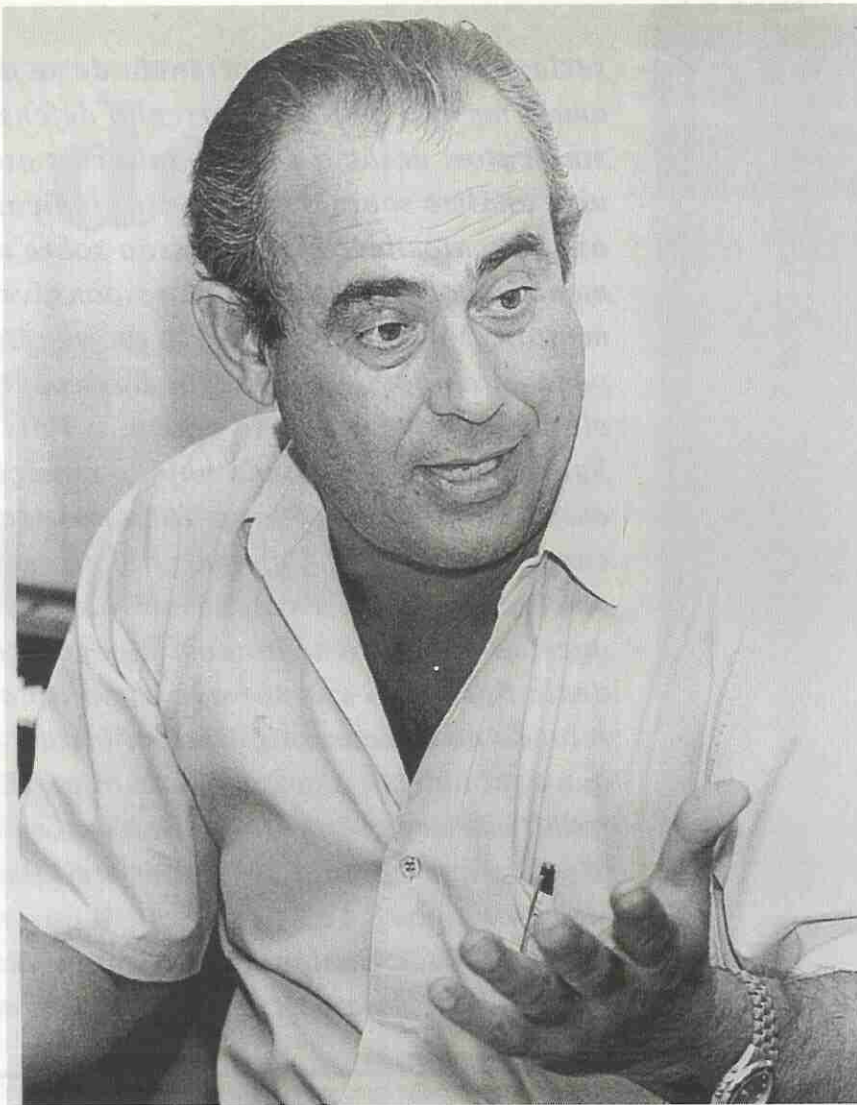
João Carlos - Não sei. A grande verdade é que uma discussão maior sobre o Saneamento não interessava aos técnicos da CEDAE, naquele momento. Não representava nada para eles, o fato é esse.

Jornal da ASEAC - Revendo tudo isso, todo o passado, você não acha que é o momento de voltar a participar, trazendo toda sua experiência?

João Carlos - Realmente, eu não sei.. Não se pode viver eternamente no poder, senão vira ditadura. Então, as lideranças, quaisquer que sejam devem ser renovadas. É o momento de formarmos novos líderes.

Jornal da ASEAC - Se o que era discutido há nove, dez anos tivesse um encaminhamento, o que teríamos hoje dentro da Cedae?

João Carlos - Teríamos um país completamente diferente. Na ocasião, em um seminário no sindicato dos Urbanitários, em Brasília, falamos com o então senador Fernando Henrique. O Edson, representando a ASEAC, falou sobre a nossa proposta e ele, que estava articulando uma lei para o saneamento gostou muito. Demos a ela uma coleção do S&M. O Fernando Henrique fez um discurso sobre o assunto, mas precisávamos fazer um trabalho político para dar continuidade as discussões, mas não se fez. A ABES saiu fora, quando tentamos fazer um Fórum Nacional de Sanea-



“O sujeito criado em um ambiente com os serviços públicos funcionando não consegue imaginar o que é uma casa sem isso.”

mento, em Brasília. Naquele momento, conversamos com vários deputados e senadores e todos apoiaram a idéia. Ali, podíamos ter começado a transformação, mas as pessoas achavam e continuam achando (os grupos que se mantêm no poder) que os conchavos dentro dos escritórios, dos gabinetes resolvem o problema do Saneamento. Eu penso de forma diferente. Para quem interessa o saneamento? A classe média tem saneamento, e só fica chateada quando falta água. Reclama, quer saber "por que dois dias sem água?" O cara lá na Baixada fica 15, 30 dias, ou às vezes nem tem. E esse não pode reclamar. Qual é o acesso dessas pessoas? Como é que se resolve o problema delas? Os técnicos têm de chegar a elas. E vão chegar através de quem? Não podem ir de um em um. Só pelos órgãos de comunicação e através dos representantes, deputados e vereadores. E é aí que vem o processo de reivindicação.

Jornal da ASEAC - Pelo que você coloca, para resolver o problema do Saneamento é preciso chegar até a sociedade. Daí a importância de um posicionamento político...

João Carlos - Precisamos aprender a fazer política pela política e não por votos ou cargos. Veja os absurdos da vida... A população vale tão pouco, que o grande programa do governo é a despoluição da Baía de Guanabara, só que as pessoas não sabem o que representa isso, em termos de saneamento. Porque todos têm vergonha de dizer "estamos saneando a Baixada Fluminense". Lógico que a consequência é melhorar as condições da Baía, mas o fundamental é resolver os problemas dessas populações. O absurdo é tão grande, que chegamos ao ponto de ter um projeto para fazer estações de tratamento de esgotos nas bocas dos rios que desembocam na Baía de Guanabara. A idéia era impedir que os esgotos chegassem à Baía. Ou seja, a Baía ficava boa e a população iria morrer com valas negras e rios mortos. São questões como essas, que estão aí e as pessoas não discutem. Como a população de São Gonçalo ou da zona Oeste vai se engajar em um processo de Saneamento, se ninguém lhes explica a importância?

Jornal da ASEAC - Na época do S&M, a ASEAC reivindicava que a educação sanitária fosse incluída no currículo escolar...

João Carlos - Lógico. Mas não se discute mais isso. A mortalidade infantil continua. Quando a criança morre de diarreia ou de doenças que são transmissíveis, pela questão da falta de água potável, do esgoto, do lixo, o que faltou na realidade foi a educação sanitária. A mortalidade infantil na classe média é bem menor que na classe pobre e esta diferença se dá pela questão educacional.

Jornal da ASEAC - Hoje na SEAERJ se discute muito que os técnicos precisam transpor seus próprios muros e passar a defender a Engenharia Pública. É exatamente o que você defendia há nove anos, não?

João Carlos - O problema é difícil. É difícil alguém com nível universitário ter origem humilde. Sendo assim, o sujeito criado em um ambiente com serviços públicos funcionando, não consegue imaginar o que é uma casa sem isso tudo. Geralmente ele acha que isso existe porque o pobre é relaxado. Ele está acostumado com a idéia do apartamento, mas não consegue entender que apartamento existe só quando há projeto. Quando não tem projeto, é sem apartamento. Essas questões a universidade brasileira trabalha muito pouco. As empresas deveriam estar com as universidades nas áreas que precisam ser atendidas, que são áreas pobres e de periferia. O que os estudantes estão aprendendo sobre esses problemas? Quando a área é urbana, todos querem trabalhar, mas se for em favelas ou na periferia poucos técnicos querem.

Jornal da ASEAC - Há dez anos discutíamos que o saneamento não tinha endereço. O BNH acabou e aquele ministério criado no governo Collor não deu resultados. Hoje a situação piorou?

João Carlos - Sim, não sei como foi possível, mas a discussão política se reduziu. As pessoas passaram a preferir ir para a casa ver novela em vez de participar de uma reunião, assembleia ou algo maior. Achô que a única forma de se conseguir resolver os problemas é através da mobilização, da participação de todos.

Jornal da ASEAC - Isso mudou na Cedae? As pessoas estão mobilizadas?

João Carlos - Não. Há sim, uma preocupação muito grande com relação a manter o emprego. Mas, vai levar muito tempo, talvez a vida inteira, para os técnicos da CEDAE compreenderem que é importante se reunir, discutir, formar novas lideranças, dar apoio aos sindicatos. Vai levar tempo para eles deixarem de ir ao deputado pedir cargo, ao invés de mostrarem a importância do saneamento como fator de desenvolvimento do País. Precisamos começar a separar o joio do trigo, porque no meio existe gente boa e gente má. Política é sentar à mesa e discutir, onde houver mobilização é participação os políticos estarão presentes.

Jornal da ASEAC - Você acha que valeu a pena lutar pelo saneamento?

João Carlos - Claro. O S&M superou todas as barreiras que tínhamos dentro do país. Ele foi o mais importante veículo da área, naquele momento. Talvez até tenha mobilizado um pouco a ABES. Onde? Em São Paulo. Os técnicos se organizaram de tal forma que eles têm a ABES na mão, que eles fazem da ABES o que querem e devem estar discutindo política. Tanto é que a Sabesp não está nas mesmas condições da Cedae. A Sabesp está com uma situação privilegiada. Lá há uma discussão e uma união em termos de propostas. Aqui não. Como vamos discutir, rediscutir a CEDAE, sem nos envolver politicamente?

Jornal da ASEAC - O que mudou na CEDAE de 10 anos para cá?

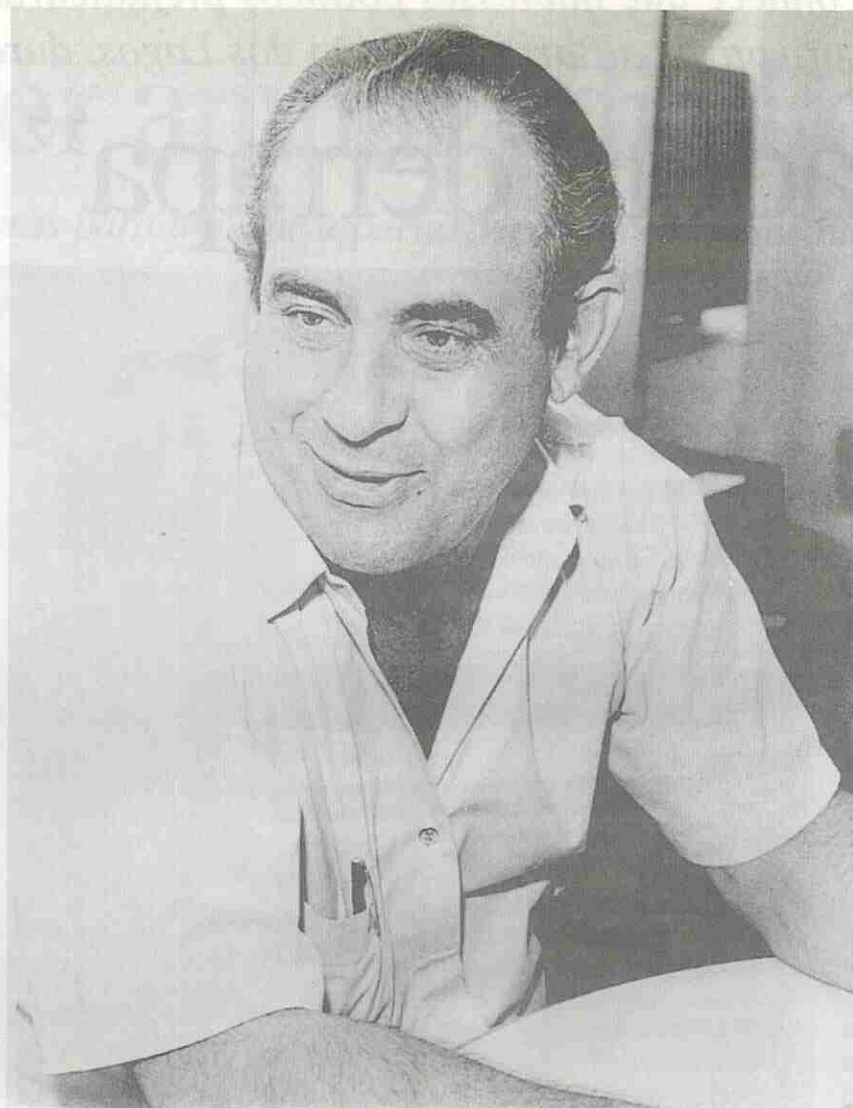
João Carlos - Nada. Ela sofreu um processo de sucateamento, que começou no governo Moreira Franco, quando a Empresa começa a dar seus passos para trás. No segundo governo Brizola, piorou. No atual governo não vi propostas. Não sei qual é a proposta desse governo para a CEDAE, a não ser privatizar. Sei que o governador mexeu com o corporativismo, controlando todos com a ameaça de comissões de inquérito. Todos têm medo das comissões de inquérito e os técnicos recuaram.

Jornal da ASEAC - O que você diz hoje da administração Nolasco? Ele está preparando a Cedae para a privatização?

João Carlos - A questão não passa só pelo Nolasco, passa pelo próprio governo estadual. Mas não é uma administração boa para a CEDAE porque ele não trabalha com equipe, não montou uma equipe. Não sei se é o secretário Marco Aurélio Alencar ou o próprio governador que comanda isso. Hoje se mexe com os técnicos como se fossem animais. Transferem, mudam de cargos, sem conversar, sem discutir nada...

Jornal da ASEAC - Existe medo dentro da Cedae?

João Carlos - Acho que existe. Mas, também não é possível que depois de quase três anos de governo continue a mesma pressão sobre as pessoas.



“É possível reverter o processo de privatização na CEDAE, desde que os empregados se unam numa proposta comum, em defesa do Saneamento.”

Jornal da ASEAC - Pressão por quê? Para trabalhar melhor, para que a empresa melhore? Que pressão é essa?

João Carlos - Não sei explicar que pressão é essa. A gente sente que as pessoas não têm liberdade, não estão à vontade para fazer as coisas. Lógico que existe uma série de erros no processo da administração pública, não é só a questão da Cedae. Por exemplo, a Lei de Licitações é um entrave a agilidade da empresa, devido a grande burocracia, que representa. Mas daí a dizer que uma empresa inteira é incapaz de produzir... Essa, sim, é uma desonestidade.

Jornal da ASEAC - Quem poderia tentar discutir isso dentro da empresa? Seriam os técnicos, através da ASEAC? Seriam os sindicatos dos Engenheiros, dos Urbanitários?

João Carlos - A ASEAC tem propostas para a questão do processo administrativo, mas não fala sobre a questão política maior. Mas, de qualquer forma já temos algo para se começar a discutir. Só que hoje há um impasse entre a ASEAC e os sindicatos. Acho que os sindicatos e a Aseac devem dar uma parada para repensar tudo. Os técnicos e os operários são a mesma

coisa, são trabalhadores assalariados. Mas, a verdade é que os técnicos sempre se acharam o máximo e aí fica difícil. Houve uma época em que os sindicatos atuaram dentro da ASEAC, eram um peso político. Tínhamos um peso político. Mas, depois os sindicatos foram “expulsos” e agora é difícil trazê-los de volta.

Jornal da ASEAC - A ASEAC tem uma proposta de um novo modelo de gestão para a Cedae. Em sua opinião, qual é a melhor opção? Um novo modelo de administração ou fortalecer a Cedae, nos moldes atuais?

João Carlos - A ASEAC, sozinha, não tem peso político para colocar propostas. Ela perdeu força política. Se não houver um acordo entre os sindicatos e a ASEAC, não há proposta. Os técnicos da ASEAC, a corporação demonstrou fraqueza. Ninguém discute, critica. Ninguém faz nada, apenas ficam quietos.

Jornal da ASEAC - Hoje em dia os sindicatos negociam a manutenção do emprego. O que aconteceu com o movimento sindical?

João Carlos - O movimento sindical brasileiro passou, nos últimos anos, por duas fases. Na primeira, houve o crescimento dos sindicatos,

acompanhando o processo de democratização do país. Aí, temos os dois aprendendo juntos. São greves, movimentos sindicais, meio atrapalhados. Muitas coisas dando certo com as greves e negociações. Na Cedae, tivemos muitas conquistas. Essa fase acabou e aí quando nos perguntamos o que houve, a gente descobre que, durante esse tempo todo, faltou exatamente envolver a sociedade em toda essa discussão. Ou seja, nós não nos preocupamos em criar uma mentalidade de cidadania na nossa população. Aí o movimento sindical falhou.

Jornal da ASEAC - Você acha que a ASEAC e os sindicatos falharam, falham por não se comunicar com a sociedade?

João Carlos - É lógico que falham. É preciso envolver a população nessa discussão. É preciso que os sindicatos e os partidos entendam que eles representam uma massa da população. E, portanto, se não houver uma comunicação direta entre eles, nada funciona. De que adianta ser técnico em saneamento se não faço saneamento? O peso, a força está na sociedade, na população. Hoje, os políticos fazem pesquisa, a todo momento, para saber o que a massa pensa. Na verdade, nós falhamos quando não damos informação à população, quando não a ajudamos a pensar, por isso o nosso povo não tem a visão da importância da cidadania. Daí, nada adianta.

Jornal da ASEAC - Dentro desse contexto, o que você acha da privatização da Cedae? É possível reverter o processo?

João Carlos - É complicado, porém é possível. Isto, é claro, desde que os empregados da CEDAE se unam em torno de uma proposta comum em defesa do Saneamento Básico, da melhoria da qualidade de vida da população.

Marcello Alencar reconhece que interesses políticos prejudicaram a CEDAE, mas reafirma a intenção do governo de privatizar a Barra e Região dos Lagos, durante a entrega de novas viaturas

Governador "derrapa" na retórica

O governador Marcello Alencar admitiu que a maioria dos problemas que a CEDAE vem enfrentando decorre de ingerências políticas inadequadas, praticadas durante várias administrações, visando a interesses políticos, e que levaram a Empresa a conviver, hoje, com uma estrutura arcaica, ultrapassada e sem a renovação de seus quadros, conforme vêm advertindo os técnicos da Empresa, ao defenderem um novo modelo de gestão descentralizado e participativo para a Companhia.

A declaração do governador foi feita durante a solenidade de entrega de 25 novas viaturas, materiais e equipamentos à CEDAE, realizada no dia 8 de maio, na sede da Superintendência de Transportes e Equipamentos da Empresa, na zona portuária do Rio. Logo depois, contudo, Marcello Alencar voltou a afirmar, em entrevista coletiva, que os Sistemas da Barra da Tijuca e da Região dos Lagos vão ser mesmo privatizados.

Numa clara contradição, o governador prometeu uma "alquimia" um tanto difícil de realizar, que é atender, simultaneamente, aos pedidos de vários prefeitos que querem assumir a gestão dos serviços de saneamento e preservar a CEDAE: "Fiquem tranquilos que eu saberei, ao mesmo tempo, as necessidades das descentralizações, mas de preservar essa enorme, o maior patrimônio do Estado que está hoje nos ativos da nossa CEDAE".

Contradição

"A CEDAE tinha problemas incríveis de estrutura. Havia uma reação do corpo interno da CEDAE à intromissão desordenada, pecaminosa e corrupta da política que se impunha na Empresa, por meio de pilhagens. Os governos anteriores tinham realmente cedido a CEDAE à sanha de maus políticos que só visam com seus mandados o próprio enriquecimento. E havia a reação natural do corpo técnico da Empresa, que se extremou no seu corporativismo como uma forma de defesa dessa instituição", disse Marcello Alencar.

Em seu discurso, ao se apressar mais uma vez em garantir que pretende preservar a Empresa, Marcello Alencar deixou confusa a cabeça da maioria dos empregados presentes à cerimônia: "Eu desafio que, no mundo, existam três empresas com a força, com os investimentos, com a qualidade, inclusive, e com os equipamentos da CEDAE, que geram o abastecimento de água em nosso Estado, sobretudo o Sistema Guandu".

A Cedae para mim significa um ponto de referência do meu governo, de recuperação institucional, de confirmação da engenharia



Com o reforço na frota, os empregados tentarão dar mais rapidez ao atendimento

da Empresa como uma das melhores do mundo. Acrescentou que, desde o início de sua gestão, sua maior preocupação foi recuperar a confiança dos empregados - engenheiros e operários - que têm orgulho em pertencer à Instituição, mas que se sentiam na insegurança, sem saber o que poderia acontecer com eles.

- Em tempos de globalização, cabe ao governo cuidar da infra-estrutura, através de obras importantes, como dar água à população e fazer o esgotamento sanitário - afirmou, reconhecendo, também, que a falta de saneamento básico é, hoje, um dos males que mais afetam a saúde da população e, principalmente, a das crianças.

Na sua opinião, a CEDAE é uma empresa consciente da sua responsabilidade e a modernidade pode ser vista no Centro de Controle Operacional - CCO - de Benfica. Marcello Alencar enfatizou a importância dos funcionários "da base de sustentação" da Empresa e pediu ainda que "todos confiem nas soluções que está encaminhando", citando uma delas, que é atender, simultaneamente, aos pedidos de

vários prefeitos que querem assumir a gestão dos serviços de saneamento e preservar a CEDAE.

Durante entrevista coletiva à imprensa, porém, o governador confirmou a intenção de privatizar os sistemas de esgotamento da Barra/Recreio e da Região dos Lagos. Afirmou, ainda, desconhecer a ação judicial que estaria sendo movida pela prefeitura de Arraial do Cabo, contra a privatização do Sistema Integrado da Região dos Lagos: "Não conheço isso. Não tem isso. Toda Arraial do

Cabo também integra o Sistema" disse o governador, sendo confirmado, na hora, pelo Secretário de Obras, Antônio Manoel Rato, e pelo presidente da CEDAE, José Maurício Nolasco.

Sobre a situação da Barra/Recreio, Marcello Alencar disse que o prefeito Luís Paulo Conde está interessado em assumir, por compe-

tência constitucional, o sistema de abastecimento, mas não o de fornecimento. "Estamos procurando discutir o que cabe ao Estado e ao município. A idéia insensata de alguns municípios de agora querem a água, por motivos políticos, é inge-

nuidade. Não sabem que isso exige muito investimento, treinamento e capacidade de operação".

Sobre a questão do esgotamento sanitário da Barra, "eu quero que o prefeito não atrapalhe mais. Agora que nós estamos articulados para fazer uma licitação e operar o sistema de esgotamento da Barra, não venham com disputas que já foram vencidas", encerrou.

Reversão de atitudes

O secretário de obras e serviços públicos, Antônio Rato, disse na cerimônia que a CEDAE passa, hoje, por uma transformação importante, priorizando a área operacional e o controle de perdas. Mas, ao contrário do governador, que fez questão de ressaltar a competência técnica dos empregados da Companhia, Rato disse que essa mudança é fruto da determinação do governo que, desde o final de 96, está empenhado em melhorar o sistema de operação da CEDAE, "pois a maior crítica ao sistema de saneamento do Estado era o privilégio que as companhias davam aos investimentos, em detrimento da operação e do controle de perdas", explicou, ratificando o alerta que os técnicos da Empresa vêm fazendo há muito tempo.

Competência

Já o presidente da CEDAE, José Maurício Nolasco, admitiu em seu discurso que a entrega do controle da área comercial ao corpo técnico da Companhia vem permitindo, como resultado, o crescimento contínuo da arrecadação: "Somente este mês, esse aumento foi equivalente a um mês de arrecadação do Metrô", reconheceu.

"Procuramos dar uma nova conotação à CEDAE, buscando um novo modelo de gestão. E assim está sendo feito, com a reforma administrativa profunda, que criou uma diretoria de planejamento comercial nessa Empresa, totalmente entregue ao corpo funcional", afirmou Nolasco.

Em seguida, aproveitou para anunciar um novo projeto prioritário dentro desse programa, que envolve uma área com 1.250 km de rede de água e esgoto, atendendo a 151 mil pessoas, nos bairros da Penha, Penha Circular, Vigário geral, Marechal Hermes, Olaria e Ramos.

Antes de concluir, o presidente da Companhia "massageou o ego" do governador:

- O trabalho do atual governo causa até ciúmes, porque antes de Marcello Alencar ninguém queria a CEDAE. Encontramos uma Companhia sucateada e, hoje, em 90% do Estado, onde ela atua, o serviço está a plena carga.

"Em tempos de globalização, cabe ao governo cuidar da infra-estrutura, através de obras importantes, como dar água à população e fazer esgotamento"

ASEAC quer anular edital da Barra

Marcelo Cerqueira denuncia manobras para impedir a participação de empresas nacionais na concorrência

A ameaça de que a privatização do Saneamento Básico na Barra da Tijuca/Jacarepaguá se constituirá em "lesão irreparável aos interesses do Estado, das regiões afetadas, dos seus moradores e usuários, da CEDAE, dos seus servidores e de suas famílias" levou a ASEAC a ingressar com uma ação na Vara de Fazenda Pública do Rio, solicitando à justiça a suspensão da licitação.

Patrocinada pelo advogado Marcelo Cerqueira, com apoio de várias entidades representativas dos trabalhadores do setor no Estado, a ação está sendo movida através do Sindicato dos Urbanitários e requer ao juiz a declaração da ilegalidade do processo licitatório, devido às flagrantes irregularidades demonstradas pelo edital.

Contradições

Na argumentação preliminar, Marcelo Cerqueira considera um desatino a afirmação do governo: "a distribuição de água é atividade indevidamente explorada pelo setor público". A título de exemplo, ele cita a cláusula do edital que obriga a eventual concessionária a cortar a água do usuário em caso de inadimplência, deconsiderando uma possível dificuldade por parte do usuário, e elimina outras opções da eventual concessionária, como dar prazo, compor o débito e outras.

- Imaginem-se famílias de baixa renda, vivendo situação de desemprego - um empregado da CEDAE, por exemplo, expelido por esse malsinado processo de privatização - vendo-se na contingência



Advogado Marcelo Cerqueira

de atrasar o pagamento devido a uma futura concessionária privada e perca os serviços de água. Nesse caso, cabe perguntar se a distribuição da água é serviço público indispensável e de interesse da coletividade ou é uma oportunidade de gerar lucro para uma empresa privada, por melhor intencionada que ela possa ser? - indaga. O advogado alega também que a licitação dos serviços de saneamento na Barra viola dispositivos da Constituição Federal, além da Estadual. Pela legislação federal e estadual, compete aos municípios "organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local...". Em face disso, os processos

licitatórios não podem ser levados à frente, "na medida em que o Estado invade competência privativa de seus municípios. O Estado está licitando direitos exclusivos dos seus municípios", afirma Cerqueira.

Na opinião do jurista, o edital apresenta algumas nulidades insanáveis. Uma delas se refere ao prazo de concessão, que é de 25 anos, a partir da ordem de início expedida pela fiscalização. Entretanto, no item 8.13, que define o pagamento ao poder concedente, "verifica-se que o subitem 8.13.3 estipula em 276 parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira no terceiro ano contado a partir da expedição da ordem de início de serviços. Logo, feitas as contas, apura-se que totalizará 26 anos o tempo estabelecido nessa cláusula, ultrapassando o prazo da concessão. Assim, temos uma contradição insuperável, que fulmina todo o processo. Essa nulidade", acrescenta Marcelo Cerqueira, "é absolutamente insanável, a não ser que o Estado invente para si, uma aritmética própria e frívola".

Ele questiona, ainda, o item que determina que o poder concedente e a concessionária poderão acordar, complementar ou alternativamente aumentar o valor da tarifa: pela antecipação ou prorrogação do prazo do contrato de concessão; pela atribuição de compensação direta à concessionária; pela combinação das alternativas anteriores; ou por qualquer outra alternativa que venha a ser acordada entre as partes. "Ora, a última cláusula

elimina as demais; e mais do que isso, torna o contrato aberto, sem limitações. Tal como está, o futuro fica entregue aos azares da combinação entre as partes. Nem particulares aceitam cláusulas dessa natureza", afirma Cerqueira.

Por fim, o advogado ataca a cláusula 19 do edital, que delega à concessionária a competência para "arcar com os custos, despesas e taxas referentes à instalação e manutenção do Ente Regulador a ser criado por lei estadual, podendo tais valores serem acrescidos à tarifa". Para Marcelo Cerqueira, o Ente Regulador deveria ser autônomo, não depender senão do Tesouro Nacional. No caso, "a concessionária faz as vezes do Tesouro e, assim, pode usar esse poder para constranger o Ente Regulador, que passa a ser regulado, invertendo os papéis", alerta.

O jurista afirma, ainda, que o edital é tendencioso, com o objetivo de eliminar empresas nacionais da concorrência: "As exigências para o licitante são de tal natureza que nenhuma empresa nacional poderá se habilitar. Isto porque a prova de qualificação técnica estabelece requisitos para o agente operador que exigem sua experiência em operação de sistema com mais de 200 mil habitantes, além de pelo menos 20 mil economias". Para Marcelo Cerqueira, essas exigências são inatingíveis e afastam da concorrência as organizações nacionais, direcionando, tendenciosamente, o edital, "tornando-o imprestável e nulo", conclui.

Licitação é novamente adiada

Foi adiada novamente - desta vez para o próximo dia 18 de julho - a licitação aberta pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para a concessão dos serviços de Saneamento Básico na região da Barra da Tijuca/Jacarepaguá. O motivo alegado pela comissão de licitação foi a necessidade de fazer novas modificações no edital, devido a uma série de contestações que vêm sendo feitas pela própria Comunidade da Barra.

Segundo o presidente da Câmara Comunitária da Barra, Delair Dumbrosck, a população diretamente interessada não vê muito sentido nas razões apresentadas pelo governo para entregar os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário ao setor privado. Se forem consideradas as alegações do governo de que não tem recursos, a comunidade não é contra a privatização,

"mas da maneira como está colocado no edital, assim como a iniciativa privada, o Estado também poderia fazer as obras que a região precisa", explicou.

Mas o que mais preocupa os moradores da Barra da Tijuca é a possibilidade de ficarem sem ter a quem recorrer ou reclamar, na hipótese de os serviços, após a privatização, não forem satisfatórios. Segundo Dumbrosck, a Barra da Tijuca gera uma receita para a CEDAE de cerca de R\$ 8 milhões mensais, o que equivale a cerca de R\$ 100 milhões/ano. Dessa forma, considerando o investimento de R\$ 350 milhões, necessários para fazer o emissário submarino, a rede de esgotos da Barra e melhorar parte do sistema de distribuição de água, se o Estado quisesse teria os recursos para fazer as obras em três

anos, sem pedir dinheiro a ninguém.

Outro ponto que vem gerando muita polêmica no edital, segundo o presidente da Câmara de Comércio da Barra, é o fato de o Estado dar 11 anos para a concessionária vencedora da licitação executar o projeto. Além disso, entrega seis meses da arrecadação da CEDAE, antes mesmo de a obra começar, à nova empresa exploradora dos serviços. "Se o governo está querendo dar tantas benesses à iniciativa privada, é bom prestar atenção no fato de que a comunidade não pode ficar 11 anos esperando por uma obra que precisa ser feita imediatamente", explicou. Delair Dumbrosck chamou a atenção para os "custos saúde" e "custos ecologia" que a demora da execução dessas obras gera, com a degradação da qualidade de vida da população.

Acrescentou que o edital anterior - que a comunidade da Barra conseguiu anular - só atendia os interesses da nova empresa concessionária, pois o governo do Estado previa o abastecimento com água tratada de 95% da população e com esgotos, a 85%. Segundo ele, os 5% que restavam para complementar o atendimento total com água e os 15% com esgotos representam, segundo avaliação da Câmara Comunitária, a população carente que habita a região, e que não pode pagar a conta. "Ou seja, calcularam o percentual que não pode pagar, e retiraram do edital. Como não há como cortar o serviço de esgotamento sanitário, o Estado simplesmente desobrigou a empresa vencedora do atendimento daquela parcela da população menos favorecida", denuncia Delair Dumbrosck.

Arraial do Cabo vai à justiça

Município decide lutar contra a privatização do Sistema de Saneamento da Região

A Procuradoria Geral da Prefeitura de Arraial do Cabo está aguardando para o início de junho o julgamento do mandado de segurança impetrado na 4ª Câmara de Justiça do Rio de Janeiro contra o governo do Estado, na pessoa do próprio governador Marcello Alencar, para impedir a licitação que pretende entregar ao setor privado a concessão do Sistema Integrado de Abastecimento da Região dos Lagos.

A informação foi dada pelo próprio Procurador do município, Sérgio Chermont, que se mostrou otimista com relação ao resultado do julgamento, principalmente pelo fato de o Estado ter perdido os prazos para contestar o mandado, através de recursos. O advogado disse que o objetivo da prefeitura de Arraial do Cabo é preservar os direitos do município e exige uma indenização de R\$ 40 milhões do Estado.

O governo municipal fundamentou o pedido de suspensão do processo de licitação à justiça no fato de que todo o sistema - inclusive os prédios - foi construído com recursos da prefeitura local, "que também dispõe de toda a infra-estrutura para operar o



Ronaldo gama

Arraial: melhores serviços para incentivar sua principal atividade - o turismo

sistema", explicou Chermont. O procurador acrescentou que está pronto para entrar com uma ação anulatória contra a privatização dos serviços de saneamento, caso não haja resposta positiva da justiça ou do governador com relação ao pedido de indenização.

A iniciativa da cidade de Arraial do Cabo deverá provocar a anulação

do edital de licitação do Saneamento também nas cidades de Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia, principalmente pelo fato de o Estado ter perdido o prazo para recurso, o que faz com que o mandado de segurança seja julgado à revelia.

Ato público

A ASEAC e os sindicatos dos empregados da CEDAE de Niterói e

Campos estão programando com os vereadores de Araruama, Saquarema e Silva Jardim, um ato público em frente à Câmara de Vereadores de Araruama para protestarem, juntos, contra a privatização do Sistema Integrado de Saneamento da Região dos Lagos.

Diversos vereadores dessas cidades já se manifestaram contrários à entrega dos serviços à iniciativa privada e exigem a manutenção da CEDAE como concessionária dos serviços, dando total apoio à proposta dos técnicos da Empresa de descentralização do Saneamento. Na manifestação, os vereadores deverão subir ao palanque para defender a preservação do Saneamento como função pública e, portanto, como responsabilidade do governo do Estado.

Em Araruama, o governador solicitou ao prefeito local que conseguisse junto à Câmara de Vereadores a ratificação da autorização dada pelo governo anterior do município, para a privatização dos serviços de água e esgotos. O legislativo analisou o pedido e devolveu ao atual prefeito para que este transforme a solicitação em projeto.

A Crônica do Marcador

José João Reis*

Amigos, no dia vinte e dois de março p.p., comemorou-se o Dia Mundial da Água.

Cabe aqui o registro de tão marcante data, pois refere-se a algo muito importante, chegando mesmo a

despertar a satisfação de se tomar algumas notas e expandir o assunto, mesmo que se tenha de enfrentar a difícil tarefa de escrever.

Todos sabem que a água é o elemento essencial à nossa existência. Entretanto, a sociedade apresenta um quadro de transformação, onde muitos não acompanham a evolução, enveredando pelo caminho do desperdício.

Assim, em decorrência da transformação social de nossos dias, o trabalho vem sofrendo constantes modificações, principalmente no seu desenvolvimento.

Muitos hidrômetros recentemente instalados, reprimem, de certa forma, os consumidores de gastos excessivos, principalmente aqueles que, não se conformando em considerar a água como um bem comum, elemento natural e necessário à vida, utilizam-na como uma coisa abandonada, fazendo dela um uso abusivo, com constantes desperdícios, desconhecendo de certa forma a seriedade e o trabalho que são empregados no tratamento da mesma, para servir à coletividade. Esse desinteresse enseja-nos uma repulsa àqueles que vi-

vem em desperdício cotidiano, muitas vezes, por trás da clandestinidade.

É importante também uma alusão à produção, pois ela é a soma de todos os trabalhos produzidos, sem distinção de níveis.

Por isso mesmo merecem aplausos os que lutam, por dever de ofício, na produção de um trabalho digno, procurando zelar pelo bom nome da CEDAE e confirmá-la como um fator fundamental da nossa sociedade.

(* José João Reis é Bacharel em Direito - 9º DAE)

Jornal da ASEAC
ASEAC

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE.

Rua Sacadura Cabral, 120, salas 601/602/607/902 - RJ.

Tel (021) 263 6240 - Telefax 253 7482

E-mail: aseac@mandic.com.br

IMPRESSO